



Universidade Federal
do Amapá

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES, TEATRO E JORNALISMO
LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS/PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

ANGÉLICA DAYANE RAMOS DA SILVA
ELEASSIR PANTALEÃO SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO SURDO: DAS PROPOSTAS DAS LEIS À
REALIDADE DA SALA DE AULA REGULAR**

MACAPÁ

2023

ANGÉLICA DAYANE RAMOS DA SILVA
ELEASSIR PANTALEÃO SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO SURDO: DAS PROPOSTAS DAS LEIS À
REALIDADE DA SALA DE AULA REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras Libras/Português da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciada em Letras Libras/Português.

Orientadora: Profa. Me. Marceline Guedes dos Santos

MACAPÁ

2023

ANGÉLICA DAYANE RAMOS DA SILVA
ELEASSIR PANTALEÃO SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO SURDO: DAS PROPOSTAS DAS LEIS À
REALIDADE DA SALA DE AULA REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras Libras/Português da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção de título de licenciada em Letras Libras/Português.

Macapá, 13 de julho de 2023.

Banca examinadora:

Profa. Me. Marceline Guedes dos Santos

Orientadora

Prof. Esp. Evanildo de Jesus Nunes Carvalho

Prof. Esp. Pamella Elaine Prestes da Cunha

Dedico este trabalho com glórias a Deus por ter dado força nas horas difíceis e capacitação para concluir mais uma etapa em minha vida.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1: Quais seriam esses métodos específicos, se você utiliza? | 20 |
| Tabela 2: Verificação sobre a desenvoltura dos docentes em relação ao aluno com rendimento baixo | 21 |

LISTA DE GRÁFICO

| | |
|---|-----------|
| Gráfico 1 - Uso de metodologias específicas pelos docentes | 20 |
|---|-----------|

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA | 10 |
| 2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNDO | 10 |
| 2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL | 12 |
| 3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA OS SURDOS | 17 |
| 4 METODOLOGIA | 18 |
| 4.1 LOCAL DA PESQUISA | 19 |
| 4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS | 19 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 19 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 23 |
| 7 REFERÊNCIAS | 24 |

RESUMO

Neste estudo, foram revisadas as principais leis e políticas relacionadas à educação inclusiva do aluno surdo, como as leis e direitos das Pessoas com Deficiência, as leis Brasileira de Inclusão da Língua de Sinais e afins. Essas legislações estabelecem diretrizes e princípios para a promoção da inclusão educacional e a garantia dos direitos dos alunos surdos. Apesar das propostas legislativas que visam à inclusão do aluno surdo, a realidade da sala de aula regular apresenta desafios significativos. Com base nos estudos de Quadros (2008), Rossi (2010), Capovilla (2001) e Xavier (2018), esta pesquisa objetivou analisar os desafios e as estratégias necessárias para a implementação de uma educação inclusiva e de qualidade para alunos surdos no contexto educacional regular, tais como a falta de preparo dos docentes para lidar com a diversidade, a falta de recursos e materiais didáticos adaptados, e as barreiras arquitetônicas e comunicacionais presentes nas instituições de ensino. É apresentado um estudo qualitativo, destacando práticas pedagógicas e a importância da parceria dos educadores.

Palavras-chave: educação inclusiva, leis, sala de aula regular.

ABSTRACT

In this study, the main laws and policies related to the inclusive education of deaf students were reviewed, such as disability rights laws, the Brazilian Law of Sign Language Inclusion, and related legislation. These laws establish guidelines and principles for the promotion of educational inclusion and the guarantee of the rights of deaf students. Despite legislative proposals aiming for the inclusion of deaf students, the reality of regular classrooms presents significant challenges. Based on the studies by Quadros (2008), Rossi (2010), Capovilla (2001), and Xavier (2018), this research aimed to analyze the challenges and necessary strategies for implementing inclusive and quality education for deaf students in the regular educational context, such as the lack of teacher preparedness to deal with diversity, the lack of adapted resources and teaching materials, and the architectural and communication barriers present in educational institutions. A qualitative study is presented, highlighting pedagogical practices and the importance of collaboration among educators.

Keywords: inclusive education, laws, regular classroom.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender as questões que permeiam a relação dos docentes da escola regular com alunos surdos no ambiente da sala de aula. A questão que direciona o estudo foi: os métodos de ensino dos docentes de escola pública regular atendem de forma satisfatória ao ensino do aluno surdo, levando em consideração as suas necessidades educacionais especiais?

Muito se fala em inclusão do surdo na sociedade, inclusão cultural, inclusão escolar e afins, mas este conceito vai muito além de colocar um indivíduo dentro de um grupo ou espaço, ela acontece de fato quando há uma adequação que venha ao encontro da realidade do indivíduo surdo, principalmente quando se trata de um ambiente escolar, pois esta é a segunda instituição social que o ser humano tem contato e que influencia significativamente em seu desenvolvimento integral, como pessoa, cidadão e um ser social.

O contexto histórico da inclusão da pessoa surda é marcado por uma evolução significativa na forma como a sociedade tem compreendido e abordado a surdez ao longo do tempo. Durante muitos séculos, as pessoas surdas foram marginalizadas e excluídas, tendo suas capacidades e direitos negados. Na antiguidade, as concepções sobre a surdez variavam, desde a crença de que era um castigo divino até a ideia de que as pessoas surdas eram incapazes de desenvolver qualquer tipo de comunicação ou aprendizado. Esse estigma e falta de compreensão levaram à exclusão e isolamento social das pessoas surdas. A partir dos anos 1990, a inclusão da pessoa surda passou a ser mais reconhecida e valorizada. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, reforçou a importância da inclusão e do respeito aos direitos das pessoas surdas, incentivando políticas públicas e ações afirmativas em diferentes países. Atualmente, embora haja desafios a serem enfrentados, a inclusão da pessoa surda tem sido cada vez mais discutida e promovida em diferentes áreas, como educação, trabalho, acesso à informação e participação social. A valorização da língua de sinais, o respeito à cultura surda e a adoção de práticas inclusivas têm sido fundamentais para garantir uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a diversidade humana.

A inclusão escolar tem amparo legal por meio da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), além da Constituição Federal de 1988 (CF-88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9.394/96/1996). Mesmo assim, o processo de aceitação torna-se um

desafio para escolas e docentes, porém, sendo um obstáculo a ser superado. No entanto, muitas dessas resistências ocorrem pelo fato de que tanto a escola quanto os docentes não se sentem habilitados ou capacitados e talvez deduzirem que terão mais trabalho com a educação de alunos com necessidades especiais.

A inserção de alunos com necessidades educativas especiais – NEE no ensino regular um desafio a ser superado, pois, este aluno pode encontrar barreiras que dificultarão seu acesso como, por exemplo, questões relativas à acessibilidade, recursos humanos e materiais voltados para o tipo de deficiência e suas particularidades, mobilidade e afins, isto pode prejudicar todo contexto de ensino e aprendizados destes alunos. Para tal o papel do professor é impreterível para contribuir efetivamente na inclusão e encontrar métodos que propiciem o real aprendizado para todos, pois, compreender que atualmente existem diversos estudos sobre metodologias que se adequam as necessidades da aprendizagem do surdo é essencial para que os educadores busquem meios e métodos que auxiliem na melhora do processo de ensino-aprendizagem de seus alunos.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNDO

A literatura traz muitos relatos históricos de pessoas com deficiência, que foram vítimas da exclusão social total, algumas culturas e principalmente a igreja católica que associavam a condição das pessoas com deficiência como se estivessem possuídas por espíritos malignos.

Durante a idade média esses sujeitos além de serem excluídos socialmente, eram vistos como doentes e incapazes, por esse motivo foram executados, bebês foram abandonados e até mesmo mortos por suas próprias mães, visto que, por mais de 200 anos, pessoas com deficiência foram julgadas, queimadas em praça pública, executadas, afogadas ou condenadas a prisões dos castelos da época.

Segundo Fernandes (2009), exemplos destas práticas de execução têm-se a Roma Antiga, onde nobres e plebeus tinham permissão de sacrificar filhos que nasciam com algum tipo de deficiência essas eram abandonados em montanhas, florestas, ou ainda atiradas em penhascos e rios, sendo considerados uma ameaça a manutenção social daquela época.

O simples fato de as pessoas fugirem do padrão físico, mental ou comportamental, era sinônimo de excluí-los do convívio social dos demais. No final do século XVII pessoas com necessidades especiais foram segregadas, internadas em manicômios, orfanatos e entre outros.

Suas condições eram vistas como doença, com isto eram direcionadas aos locais destinados às pessoas com NEE, um cenário completamente precário, desta maneira os prejudicavam ainda mais.

Ao decorrer dos tempos foram surgindo instituições especializadas em atender pessoas com deficiência e desde então foram assistidas de maneira diferenciada. Foi a partir da idade moderna que o ser humano passou a ser valorizado, a partir de então uma nova ótica foi voltada para investigar mais sobre pessoas com necessidades especiais. Por volta do século XX, iniciaram-se movimentos para inserção de pessoas com deficiência no convívio social e, sobretudo nas escolas dando início ao processo de integração. Nogueira afirma que:

A integração é um processo que tem que ser assumido por toda a escola: o professor de turma regular deve receber apoio da educação especial para fazer este trabalho e os alunos devem ser atendidos, paralelamente, nas salas de recursos ou por professores itinerantes. (2009, p. 88).

A integração deu sentido ao direito de o indivíduo/aluno com necessidades educacionais especiais serem inseridos no ambiente escolar, dando assim importância a este público, porém, estes alunos teriam que se adaptar ao meio e não o contrário. Para Nogueira (2009), a escola não teria o comprometimento de se adaptar, desta forma as crianças passariam a ser responsáveis pelo seu desenvolvimento escolar, conseqüentemente, a escola não se via obrigada a assumir tal responsabilidade.

No entanto, a total integração somente se dava quando o aluno conseguia acompanhar o currículo desenvolvido pela escola, como era inviável, o aluno regressava desanimado e frustrado para uma escola especializada, desta forma os sujeitos eram impossibilitados a progredirem em uma turma regular e ocasionando o preconceito. Pessoas com necessidades educacionais especiais precisam ser incluídas em um ambiente que se adequado e não o inverso, deste modo se deu o movimento de inclusão.

Em meio a uma variedade de deficiências, pretende-se destacar mais profundamente o histórico da educação de surdos que teve seu ponto alto ano de 1880 onde ocorreu o congresso de Milão, ocasião na qual segundo Perlin e Strobel:

Nenhum outro evento na história de surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação que arrasou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados as práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma 'etnocêntrica ouvintista', tendo de imitá-los. (2006, p. 6).

2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No Brasil, pessoas com deficiência passaram a ter acompanhamento no período do império a partir da criação de duas instituições na época chamadas de o Império Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente ambos foram renomeados como Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), respectivamente, localizados no Rio de Janeiro. Durante o século XX muitas outras instituições foram fundadas: Instituto Pestalozzi (1926), voltada para o atendimento de pessoas com deficiência mental; em 1945 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1945 foi inserido na Sociedade Pestalozzi o atendimento a pessoas com superdotação.

Acrescenta-se que, a educação na época colonial não cumpriu com as necessidades eleitas pelo povo, deixado de lado, a formação inicial, se preocupando como proposto na Constituição de 1824, com princípios liberais, regava a igualdade, liberdade e a fraternidade entre os povos, mas como bem se sabe, esses princípios findavam-se somente a aqueles que tinham classes e posses e não a classe trabalhadora.

Belther (2017), após a Proclamação da República em 1889, aconteceram importantes avanços, inúmeros profissionais foram estudar Europa ao regressarem para o Brasil, com uma nova ótica a respeito da Educação Especial. No entanto neste período que “em 1906, as escolas públicas começaram a atender os estudantes com deficiência intelectual, no Rio de Janeiro”.

Entretanto, o histórico de exclusão social no Brasil persistiu por um longo período, perdurou até meados de 1950, na Europa, por exemplo, no final do século XIX já existiam políticas para promover a escolarização de crianças com deficiências, em especial aquelas com deficiência intelectual.

Dentro desse contexto de deficiência, trataremos especificamente sobre a surdez onde, segundo dados de IBGE de 2010 cerca de 9.717.318 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva, onde 7.574.145 apresentavam algum tipo de dificuldade auditiva e outros 1.798.967 apresentavam grande dificuldade auditiva. Esses dados indicam que quase 10 milhões de brasileiros tem perda auditiva. Como é possível observar, os dados fornecidos referem-se ao ano de 2010, apontando que a amostra está com o valor abaixo do atual, isso se deve a pandemia de Covid-19 que se instaurou no Brasil e no mundo impossibilitando a coleta de dados atuais.

Fazendo uma relação dos dados mencionados com os o quantitativo de alunos surdos matriculados nas escolas regulares podemos perceber que o sistema educacional brasileiro possui um vasto repertório de leis que tem como intuito garantir os direitos e a inclusão escolar

do surdo, para que esses direitos sejam concretizados de fato, se faz necessário ultrapassar o limite das questões políticas, aprofundando atitudes que ampliem ações pedagógicas voltadas as especificidades do surdo. No entanto, a realidade vivenciada nas escolas no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, difere dos objetivos propostos nos documentos legais, essas inadequações têm influenciado significativamente na produção e desenvolvimento do aluno.

Atualmente, em especial depois a promulgação da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe acerca da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a educação de surdos ganhou destaque ainda maior entre os estudiosos e pesquisadores que tem como objeto de estudo os aspectos metodológicos de ensino para alunos surdos.

Assegurar a criança o direito a educação é de competência do Estado e da Família, e para que esse direito seja de fato adquirido se faz necessário pensar sobre aspectos que venham garantir uma educação de qualidade e concretizar a inclusão de todos ao sistema de ensino, esse aspecto entra em consonância com a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) que tem com um de suas estratégias apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades.

De acordo com o decreto 5.626 que estabelece as diretrizes da educação de surdos, esta deve ocorrer em escolas de caráter bilíngues, sendo as aulas ministradas por docentes bilíngues na etapa da educação infantil e fundamental I, no fundamental II esse ensino pode ser feito em escolas bilíngues ou de ensino regular. Nos casos em que os estudantes sejam matriculados em escola comum/regular, o decreto descreve a obrigatoriedade da presença de um tradutor/intérprete de libras/português, essa determinação abrange ainda os institutos de ensino superior e não somete a educação básica.

Neste cenário se faz necessário que o ambiente escolar seja voltado e pensado para o atendimento especializado promovendo a permanência destes alunos e formação completa. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9.394/96, preconiza ao sistema educacional no seu artigo 59 que:

- Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
 - II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
 - III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

- IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Consequentemente, a escola deve preconizar um currículo, metodologias, recursos e docentes que atendam às necessidades deste público e as normas para organização da educação básica descrita no artigo 24, inciso V da LDBEN Nº 9394/96, onde:

- V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
 - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
 - d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
 - e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (BRASIL, 1996)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva assegura, a:

[...] inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 1994).

Um fato relevante, que é um desafio de toda comunidade escolar pela inclusão total de crianças, adolescentes e adultos com surdez, que possam atender os interesses e necessidade de todos da sala de aula tornando-se de grande importância uma metodologia de ensino favorável aos interesses de todos. Visto que, é essencial ter um currículo, metodologias, técnicas e entre outros para o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos, sendo que, nem todos os ambientes escolares possuem ensino propicia as exigências de alunos surdos.

Partindo do pressuposto que é através da língua que conseguimos interagir com a sociedade e com o mundo ao nosso redor, especificamente por intermédio da linguagem, se faz necessário pensar sobre a importância desta. Capovilla destaca que:

A falta de uma linguagem tem graves consequências para o desenvolvimento social, emocional e intelectual do ser humano. O valor fundamental da linguagem está na comunicação social, em que as pessoas fazem-se entender umas pelas outras, compartilham experiências emocionais e intelectuais, planejam a condução da sua vida e a de sua comunidade (2002, p.128).

Para Vinãl e Bento (2020) utilizando a linguagem o homem consegue planejar e coordenar suas decisões pois esta é responsável pela estruturação do pensamento. Dessa forma, propiciar ao indivíduo um ambiente que auxilie e desperte a curiosidade pelas relações com o ambiente que o cerca é essencial para o seu desenvolvimento.

Para Quadros (2008), a melhor escola é a que consegue se organizar e oferecer ao aluno surdo um ambiente que proporcione a ele oportunidades de comunicação com pessoas que utilizem a mesma língua, ou seja, com outras pessoas surdas. Alguns dos argumentos apresentados por Quadros (2008) são os seguintes:

[...] oportunizar a aquisição da Libras, oferecer modelos bilingue e bicultural à criança e oportunizar o desenvolvimento da cultura específica da comunidade surda. A escola deve se preocupar com a qualidade e a quantidade de input da Libras oferecido à criança (QUADROS, 2008, p. 108).

Esses inputs no ambiente escolar oportunizam o aluno a interação necessária para uma formação e desenvolvimento da pessoa surda, onde a organização de conteúdos deve ser refletida, organizada e planejada de forma criteriosa, fazendo adaptações necessárias para que as dificuldades ou limitações deste aluno sejam respeitadas.

O educador que reconhece no aluno surdo um sujeito de direitos, proporciona situações que atendam suas especificidades com o intuito de desenvolver a autonomia para que possam exercer a cidadania como qualquer outra pessoa. (ROSSI, 2010, p. 82).

De acordo com o parágrafo único da Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002), a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa, que para os Surdos é uma segunda língua. Ter acesso à educação é um direito do surdo, garantido por lei. Ciente que o surdo é usuário de uma língua visual-espacial, os professores de língua portuguesa enfrentam desafios constantes no ensino da L2, tal que, deveriam elaborar abordagens que melhor atendem o perfil

de seus alunos, aproveitando a L1, uma vez adquirida para a aprendizagem do português escrito como L2. Neste contexto, Quadros ressalta que:

A Libras deve ser a L1 (primeira língua) da criança surda brasileira e a língua portuguesa deve ser sua L2 (segunda língua). As razões dessa afirmação estão relacionadas com processo de aquisição dessas línguas, considerando a condição física das pessoas surdas: são surdas. Qualquer língua oral exigirá procedimentos sistemáticos e formais para ser adquirida por uma pessoa surda.” (QUADROS, 1997, p. 67).

Deste modo, para a aquisição da língua portuguesa, o trabalho do educador deve ser baseado em uma abordagem qualitativa para que o mesmo possa ter um retorno produtivo e contínuo do aluno surdo a respeito do ensino-aprendizagem da L2.

Para que o processo de inclusão escolar de fato seja efetivado, se faz necessária uma mudança significativa de todo o processo educacional. Isso significa dizer que desde a formação do futuro professor de quaisquer disciplinas do conhecimento os saberes acerca do ensino especial precisam ser reavaliados. Um pequeno degrau da grande escala que é o desafio da educação inclusiva foi superado conforme o Decreto Federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005, cap II que dispõe:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005)

Para Rossi (2010) o decreto veio ao encontro da necessidade de implementar leis que regulamentassem a importância curricular da Libras. Contudo ainda há uma distância notória entre as leis e o seu cumprimento de forma prática, há diversos fatores que contribuem para esse cenário, podemos destacar entre eles a escassez de profissionais especializados na área ou ainda a falta de interesse de professores para a ampliação de seus conhecimentos em relação as necessidades educacionais de seus alunos. Xavier (2018) destaca a importância do profissional que auxilia o aluno surdo no Atendimento Educacional Especializado (AEE), destacando que cabe a este o de organizar recursos multifuncionais, bem como orientar os docentes das salas regulares acerca de estratégias de ensino para que os alunos surdos sejam ensinados de forma mais adequada para o seu processo de aprendizagem.

O AEE está presente na busca da formação da autonomia e independência do aluno na escola e fora dela, o atendimento realizado pelo AEE deve cumprir todas as normas estabelecidas pelo conselho de educação. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o currículo deve ser:

Programas de enriquecimento curricular [...] que usufruem de ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008)

3 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA OS SURDOS

A educação bilíngue de surdos é uma abordagem pedagógica essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para indivíduos surdos. Reconhecendo a língua de sinais como uma língua natural e completa, a educação bilíngue busca fornecer aos surdos a oportunidade de se expressar e se comunicar plenamente, ao mesmo tempo em que adquirem habilidades na língua majoritária do país em que vivem.

A língua de sinais brasileira é uma forma rica e prática de comunicação visual-espacial, com sua própria gramática e estrutura. É crucial que os surdos tenham acesso a essa língua desde a infância, permitindo que desenvolvam sua identidade linguística e cultural, além de promover sua inclusão na sociedade.

A educação bilíngue de surdos valoriza a língua de sinais como a primeira língua do aluno surdo. Isso significa que, desde o início de sua jornada educacional, eles são expostos à língua de sinais como meio de instrução, aprendendo todas as matérias escolares nessa língua. Isso garante que os surdos possam compreender plenamente os conceitos e expressar suas ideias sem as barreiras impostas pela língua oral.

Ao mesmo tempo, a educação bilíngue de surdos também busca desenvolver habilidades na Língua Portuguesa. Embora a língua de sinais seja a língua natural dos surdos, é importante que eles também tenham proficiência na língua majoritária para facilitar a comunicação com pessoas ouvintes e participar plenamente da vida social, acadêmica e profissional.

A educação bilíngue de surdos não se limita apenas ao ensino das duas línguas. Também abrange o respeito e a valorização da cultura surda, incluindo sua história, tradições e identidades. É fundamental que os surdos se sintam orgulhosos de sua cultura e possam se conectar com outros surdos, formando uma comunidade forte e solidária.

No entanto, a implementação efetiva da educação bilíngue de surdos enfrenta desafios significativos. A falta de recursos, a falta de professores especializados e a falta de conscientização da sociedade sobre as necessidades dos surdos são apenas alguns dos obstáculos a serem superados. É crucial que haja investimento contínuo em treinamento de docentes, desenvolvimento de materiais educacionais acessíveis e adaptação de ambientes educacionais para atender às necessidades dos surdos.

Portanto, a educação bilíngue de surdos é uma abordagem autêntica e fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para indivíduos surdos. Ao valorizar a língua de sinais como uma língua natural e completa, essa abordagem reconhece e respeita a identidade linguística e cultural dos surdos, permitindo que eles se desenvolvam plenamente e participem de forma ativa na sociedade.

Diante do exposto, pretende-se investigar como se dá esse processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar de alunos surdos, acompanhando as aulas em sala normal e o acompanhamento do AEE, com o intuito de observar e analisar a realidade da educação inclusiva de surdos.

4 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa qualitativa em uma das escolas da rede pública no município de Macapá, visando o entendimento de como ocorre a sistemática de educação inclusiva neste local.

Gil (2008) enfatiza que a pesquisa qualitativa não busca a generalização estatística, mas sim a compreensão dos fenômenos em seus contextos particulares. Ele destaca a relevância da subjetividade do pesquisador na interpretação dos dados, mas ressalta a importância de um embasamento teórico consistente e do rigor metodológico na condução da pesquisa qualitativa.

Minayo (1994), destaca a pesquisa qualitativa como uma abordagem essencial para a compreensão dos fenômenos sociais, enfatizando a importância da subjetividade, dos contextos e das múltiplas perspectivas dos sujeitos envolvidos.

4.1 LOCAL DA PESQUISA

. O objeto de estudo em questão será a Escola Estadual Rivanda Nazaré da Silva Guimarães, localizada na rua Cícero Marques de Souza no bairro Novo Horizonte, número 2874, cidade de Macapá, estado do Amapá. A escola atende as etapas de ensino fundamental anos finais, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA). A escola foi escolhida para a pesquisa por possuir alunos surdos matriculados em sala de aula regular.

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Primeiramente contactou-se a direção da escola que atua no local para esclarecer o nosso objetivo para a execução do projeto da pesquisa. Após uma breve conversa foi dada a autorização para prosseguir com o trabalho.

A coleta de dados da pesquisa qualitativa foi desenvolvida através de um questionário com o intuito de recolher informações acerca dos docentes do turno da tarde que, por questões de ética profissional, optou-se pela não identificação de suas identidades.

O questionário contém 10 (dez) perguntas mescladas, sendo 8 de múltipla escolha e 2 de caráter dissertativo. O questionário foi enviado para os participantes da pesquisa através da plataforma online *Google Forms*. Buscou-se o contato com os docentes através do aplicativo *WhatsApp* para solicitar o envio do link que permite o acesso as perguntas do questionário. Os docentes no momento de sua preferência, tiveram o prazo máximo de 10 dias para o feito.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

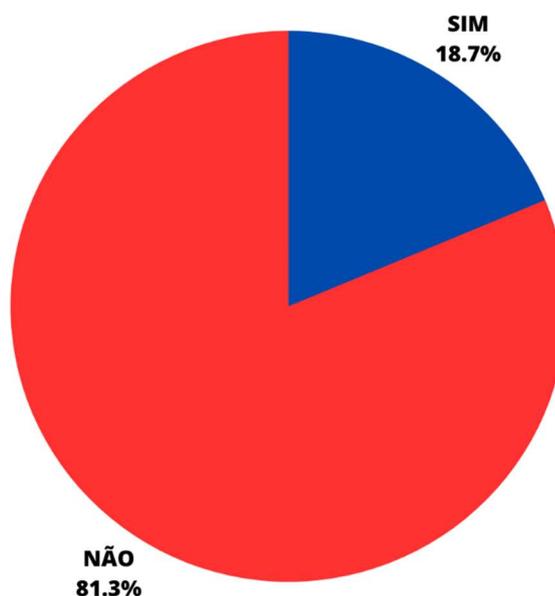
Este tópico será destinado aos resultados e discussões dos dados coletados através de observações e a coleta de informações do questionário respondidas pelos docentes da escola, esses resultados mostrará qual é o perfil político de educação inclusiva adotado pela escola que agrega esses alunos.

O questionário foi elaborado de modo criterioso, afim de obter respostas autenticas para o desenvolvimento desta pesquisa. Houveram 16 docentes participantes do questionário, para não expor os nomes dos docentes, ambos foram denominados D1, D2, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9, D10, D11, D12, D13, D14, D15, D16.

A questão 5 buscou verificar se há uso de metodologias específicas para o aluno surdo, os dados mostram que 81,3% dos docentes não utilizam métodos específicos, enquanto

apenas 18,8% fazem uso de metodologias específicas.

Gráfico 1 - Uso de metodologias específicas pelos docentes



Segundo o levantamento dos dados, nota-se que apenas uma minoria dos docentes faz uso dessas metodologias, logo, na questão 6 pediu-se que apresentassem quais seriam elas e os resultados coletados foram os seguintes:

Tabela 1: Quais seriam esses métodos específicos, se você utiliza?

| Docentes | Respostas |
|-----------------|--|
| D5 | Figuras relacionadas ao tema. |
| D8 | Metodologias ativas com recursos da internet |
| D11 | Já utilizei aplicativo que traduzia a Língua Portuguesa para LIBRAS, quando não havia intérprete na sala, bem como atividades avaliativas adaptadas para alunas com esse tipo de deficiência |

De alguma forma são feitas adaptações, com foi relatado a escola em questão não é um ambiente adaptado a receber alunos com algum tipo de deficiência, em resumo os professores e alunos que tem que se adaptar ao local.

O artigo 59 da LDB estabelece como dever seguir as determinações do sistema de ensino para pessoas com deficiência e entre outros o currículo para atender os sujeitos da pesquisa:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996)

Conforme a lei as adaptações são necessárias para melhor atender os alunos que precisam de ensino apropriado a deficiência.

Atender as individualidades de cada aluno favorece o rendimento e desenvolvimento intelectual, cognitivo e motor, essa participação e interesse do professor por metodologias que se adequem as necessidades do aluno é fundamental para garantir o direito deles e promover a valorização do aluno.

A resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, apresenta a importância de atendimento individualizado:

Art. 10. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social. (BRASIL, 2001)

A questão 10 buscou averiguar qual a postura do docente em relação aos alunos que não têm um rendimento produtivo por conta de aspectos interculturais (língua, comunicação, costumes, relação interpessoal), como é o caso da relação surdo/ouvinte. Os entrevistados responderam os seguintes:

Tabela 2: Verificação sobre a desenvoltura dos docentes em relação ao aluno com rendimento baixo.

| Docentes | Respostas |
|-----------------|--|
| D1 | Busco meios para ser entendida e entender o aluno. Assim, faço um planejamento com base nos défices desse aluno. |
| D2 | A avaliação tem como parâmetro os avanços qualitativos construídos durante as aulas. |

| | |
|-----|---|
| D3 | Procuro alternativas que façam o aluno se sentir mais confortável em fazer as atividades. |
| D4 | Tento uma atividade adaptada para avaliar o interesse e desempenho |
| D5 | O aluno será aprovado. |
| D6 | Procuro avaliar no processo, tentando perceber o que o aluno compreendeu do conteúdo. |
| D7 | Conteúdos específicos ancorado em ilustrações relacionadas com o tema abordado. |
| D8 | Considero sua participação. |
| D9 | Converso com o professor do Ensino Especial que o acompanha, relato a situação para ter uma orientação mais específica para solucionar o problema. Às vezes pode ser de cunho emocional e a família precisa ser acionada. |
| D10 | O aluno passará de ano com a nota mínima por bimestre. |
| D11 | Procuro adequar o ambiente conforme as necessidades específicas do aluno. |
| D12 | Nunca lesionei para alunos surdos. |
| D13 | Ainda não tive essa experiência. |
| D14 | Busco novas alternativas junto a coordenação da escola para melhor atender tais alunos com baixo rendimento produtivo. |
| D15 | Adaptação da avaliação. |
| D16 | Utilizar em sua potencialidade os recursos visuais ao explicar os conteúdos. |

De maneira geral o quantitativo de respostas ao questionário aponta para uma participação mediana dos alvos da pesquisa, representando 65 % do total de docentes. A observação das aulas regulares nos permitiu perceber que nas aulas de todas as disciplinas, o aluno surdo e intérprete são incorporados no ambiente da sala de aula de forma natural, o que nos leva a proposta da inclusão, porém, não há diferença no processo de ensino-aprendizagem entre alunos surdos e ouvintes.

Durante o período observação na escola e acompanhamento das aulas em sala de aula e AEE, para realizar a coleta de dados de pesquisa, foi perceptível como a instituição não possui planejamento didático para atender alunos com surdez, no entanto, é importante ressaltar que

há a presença do tradutor/intérprete na sala de aula realizando a tradução simultânea da aula que está sendo ministrada.

Uma análise mais minuciosa nas respostas do questionário nos leva a perceber a significativa desinformação acerca da surdez e suas peculiaridades, como a dificuldade do aluno surdo não dominar a leitura do português escrito e suas construções gramaticais, em contradição com essa afirmativa, as aulas em sua maioria são feitas utilizando exclusivamente o português, apresentando assim a ausência de planejamento estratégico incluindo a presença do intérprete como agente facilitador da comunicação e ainda outros aspectos que mereciam mais atenção por parte dos docentes.

Diante disto, observou-se que não é aluno que tem que se adaptar a escola e sim a escola ao aluno, uma escola inclusiva deve deter de todos os recursos materiais e humanos para atender o público alvo em questão, visando o progresso do aluno. Mas que para isso aconteça é necessário fiscalização mais abrangente, recursos financeiros, docentes capacitados e que se capacitem com novas tendências educacionais. Portanto, esta pesquisa estará aberta a novas mudanças, pois, ainda há muitas realizações a serem feitas no que diz respeito a inclusão de aluno surdo em uma verdadeira escola inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como intuito fazer uma reflexão sobre os a inclusão de alunos surdos na sala de aula regular e levantar dados sobre o nível de conhecimento dos docentes sobre as especificidades dos surdos. Uma educação comprometida com o aluno faz toda diferença no desenvolvimento intelectual e cognitivo oportunizando expectativas que os façam superar os desafios cotidiano.

Quando se expõe um tema de tanta amplitude não é possível colocar um ponto final no assunto de imensurável relevância e que tem um longo caminho a ser percorrido. Com isso esta pesquisa estará em aberto, ainda há muito a ser estudado, dúvidas a serem esclarecidas, debates inconclusos e novas perspectivas no que diz respeito à inserção de alunos surdos no ensino regular como prioridade. Inclusão, informação e educação, ao logo da fundamentação desta pesquisa muito foi observado e questionado sobre as teorias e práticas aplicadas, de como a inclusão não apenas para os indivíduos que precisam de uma educação especial inclusiva e que vise suas necessidades/especificidades, mas, que a sociedade se inclua neste paradigma.

Para que a inclusão de alunos com surdez no ensino regular seja efetiva, é fundamental

a participação do ambiente escolar de forma integral, e não somente na sala de aula, mas todos os espaços que compõe esse ambiente, através de adaptações no currículo escolar e na acessibilidade para minimizar os obstáculos a serem percorrido. Mas, é importante que docentes tenham conhecimentos específicos para abordagem correta e que proporcione a participação de todos.

Ainda há certa resistência quando se refere a educação inclusiva, sendo fundamental bom senso sobre as práticas pedagógicas do docente que acompanha diariamente os desafios da inclusão. Faz-se necessária formação especializada, adaptação no currículo visando diminuir as problemáticas que surgem no decorrer do ano letivo e com as experiências vivenciadas é possível adequar o ensino nos anos posteriores.

7 REFERÊNCIAS

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192. Acesso em: 27 nov.2022.

BRASIL. Lei nº10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Lei da Língua de Sinais Brasileira**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MECSEESP, 2001a.

CAPOVILLA, Fernando César; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra. **Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a**

escrita alfabética. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 8, n. 2, p. 127-156, 2002. Disponível em <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-8-2-1.pdf>. Acesso em 28 nov 2022.

FACION, José Raimundo (org.). MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães (et al.) **Inclusão Escolar e Suas Implicações.** 2. Ed. Ver. Ampli. Curitiba: Ibopec, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.105 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 2010. Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso em: 23 out. 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec-Abrasco,1994.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **/Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva.** 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009 p. 184.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição de linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

ROSSI, Renata Aparecida. **A Libras como disciplina no ensino superior.** Revista Educação, Anhanguera, vol.13, nº.15, p.71-85, ano 2010. Disponível em: <https://www.pgskroton.com.br/seer/educ/article/view/1867/1772>. Acesso em 30 nov. 2022.

VINÃL JUNIOR, José Veiga; BENTO, Aline Kércia Sampaio Oliveira. **Reflexões sobre a educação inclusiva de alunos surdos.** Revista Sinalizar, Goiânia, v. 5, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/60300>. Acesso em: 27 nov. 2022.

XAVIER, André Nogueira. **De que forma a disciplina “libras” pode contribuir com a formação de professores para a educação inclusiva?** 2018/ARTIGO. Disponível em <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/55188>. Acesso em 30 nov.2022.